

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

CONTABILIDADE PÚBLICA

QUESTÃO 61

Em dezembro de 20X7, o gestor orçamentário de uma unidade hospitalar pública identificou a obsolescência de um equipamento de imagem adquirido em julho de 20X1, cujos dados contábeis eram os seguintes:

- valor de aquisição: R\$ 864.000;
- tempo de vida útil: 8 anos;
- valor residual: não tem.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, com relação a esse equipamento, a depreciação acumulada e o valor contábil do ativo a ser baixado pelo gestor são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 468.000 e R\$ 396.000.
- B** R\$ 475.200 e R\$ 388.800.
- C** R\$ 594.000 e R\$ 270.000.
- D** R\$ 702.000 e R\$ 162.000.
- E** R\$ 756.000 e R\$ 108.000.

QUESTÃO 62

Com o objetivo de melhor atender aos interesses da sociedade, as nações procuram aprimorar o seu sistema orçamentário; isso dá origem a vários modelos orçamentários. Nesse sentido, assinale a opção correta relativa a modelos orçamentários.

- A** A alocação de recursos, no modelo de orçamento tradicional, visa ao alcance de objetivos e metas preestabelecidas.
- B** A estrutura do orçamento programa está associada ao planejamento e à adoção de indicadores de medição de resultados.
- C** O orçamento desempenho é fundamentado nos custos dos programas e nas metas qualitativas para alcance de resultados.
- D** A elaboração do orçamento base zero é realizada a partir da perspectiva do orçamento incremental.
- E** O orçamento por resultados é fundamentado em padrões de alocação de recursos, com ênfase na economia de recursos.

QUESTÃO 63

O sistema de informações de custos do governo federal consiste de um banco de dados alimentado a partir de informações dos diversos sistemas estruturantes da administração pública. O objetivo desse sistema é

- A** identificar em que entes da administração pública federal ocorrem os maiores gastos de recursos públicos.
- B** comparar as despesas de pessoal dos diversos entes da administração pública federal.
- C** oferecer suporte tecnológico para a adequada contabilização dos ativos públicos.
- D** fornecer subsídio a gestores nos processos de tomada de decisões.
- E** gerenciar o controle orçamentário das despesas.

QUESTÃO 64

A tabela seguinte contém informações que subsidiarão o gestor contábil de um ente público na preparação do balanço patrimonial desse ente.

| contas (em R\$) | |
|---------------------------------------------------------|--------|
| caixa | 5.000 |
| aplicação de curto prazo | 8.000 |
| provisões a curto prazo | 2.000 |
| obrigações trabalhistas | 45.000 |
| estoque de materiais em almoxarifado | 6.000 |
| créditos realizáveis | 20.000 |
| fornecedores | 15.000 |
| máquinas e equipamentos | 50.000 |
| depreciação acumulada | 10.000 |
| variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente | 7.000 |
| imóveis | 40.000 |
| financiamento de longo prazo | 18.000 |
| suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços | 3.000 |
| materiais culturais | 1.000 |
| ajuste de avaliação patrimonial | 4.000 |
| patrimônio/capital social | 46.000 |

O gestor, a partir das informações apresentadas na tabela, estimou, em sua prévia, que o ativo totalizava R\$ 123.000. Um auditor de controle interno, após conferir a estimativa do gestor, identificou erro na avaliação.

Nesse caso, a declaração do auditor deve ter apontado que o total do ativo estava

- A** subavaliado em R\$ 2.000, pois provisões a curto prazo são contas de ativo.
- B** subavaliado em R\$ 4.000, pois ajuste de avaliação patrimonial é conta retificadora de ativo.
- C** subavaliado em R\$ 7.000, pois variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente é conta de ativo.
- D** superavaliado em R\$ 20.000, pois créditos realizáveis são contas de passivo.
- E** superavaliado em R\$ 3.000, pois suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços são despesa operacional.

QUESTÃO 65

Um estado da Federação realizou procedimento licitatório para pactuar contrato de concessão de rodovia estadual.

Na classificação dos recursos provenientes desse contrato o gestor contábil deverá lançar o valor desse ingresso como receita

- A** orçamentária corrente – patrimonial.
- B** orçamentária corrente – de serviços.
- C** extraorçamentária corrente – de contribuições.
- D** de capital – de operações de crédito.
- E** de capital – de alienação de bens.

QUESTÃO 66

As seguintes situações se referem a determinado ente público.

- I Precatórios alimentícios emitidos em dezembro de 20X1 serão pagos em janeiro de 20X2.
- II Em janeiro de 20X2 serão recebidos e pagos os medicamentos adquiridos em dezembro de 20X1.
- III Materiais escolares adquiridos e recebidos em dezembro de 20X1 serão pagos também em dezembro de 20X1.

As situações apresentadas em I, II e III correspondem, na data de 31 dezembro de 20X1, respectivamente, a

- A restos a pagar, restos a pagar processados e despesa empenhada.
- B restos a pagar processados, restos a pagar não processados e despesa paga.
- C restos a pagar processados, despesa de exercícios anteriores e despesa paga.
- D restos a pagar não processados, restos a pagar processados e despesa empenhada.
- E restos a pagar não processados, despesa paga e despesa paga.

QUESTÃO 67

No ano de transição de governo, o gestor orçamentário emitiu as seguintes informações acerca das finanças do município referentes ao exercício financeiro:

- orçamento aprovado pelo legislativo local: R\$ 5,5 milhões;
- despesas realizadas no exercício: R\$ 5,2 milhões;
- despesas efetivamente pagas: R\$ 4,7 milhões.

Foi informado ainda que as receitas arrecadadas superaram em R\$ 100 mil a previsão aprovada.

A partir desses dados, é correto que o novo gestor considere que houve

- A falha na previsão orçamentária aprovada.
- B superávit orçamentário de R\$ 400 mil.
- C excesso de arrecadação de R\$ 400 mil.
- D economia de recursos públicos de R\$ 800 mil.
- E superávit financeiro de R\$ 100 mil.

QUESTÃO 68

A lei orçamentária anual (LOA) estabelece a previsão de receitas, idealizada a partir de parâmetros históricos associados a outros fatores, e também a fixação de despesas para o período relativo a um exercício financeiro, sendo vetada a inclusão de matéria diversa. Essa exigência decorre do princípio orçamentário da

- A exclusividade.
- B legalidade.
- C não afetação da receita.
- D discriminação.
- E unidade.

QUESTÃO 69

Um ente federativo estadual verificou diferença relevante entre os valores justo e contábil de determinado imobilizado. Diante desse fato, o gestor contratou empresa especializada para emitir o primeiro laudo de reavaliação de ativo, tendo recebido a seguinte informação:

| laudo de avaliação de ativo em 31/12/20XX | |
|------------------------------------------------------------------------|-------------|
| valor histórico do ativo: | R\$ 900.000 |
| depreciação acumulada: | R\$ 270.000 |
| valor líquido contábil: | R\$ 630.000 |
| vida útil remanescente: | 7 anos |
| avaliação baseada em valor de reposição do bem de mesmo estado físico: | R\$ 800.000 |
| despesa para emissão de laudo: | R\$ 10.000 |

Em relação à valorização do ativo constante do laudo recebido, estará correto se o gestor

- A debitar o ativo imobilizado reavaliado: R\$ 170.000; e creditar a receita operacional: R\$ 170.000.
- B debitar o ativo imobilizado reavaliado: R\$ 180.000; e creditar a receita operacional: R\$ 180.000.
- C debitar o ativo imobilizado reavaliado: R\$ 170.000; e creditar a reserva de reavaliação: R\$ 170.000.
- D debitar o ativo imobilizado reavaliado: R\$ 180.000; e creditar a receita não operacional: R\$ 180.000.
- E não incorporar o valor apresentado, visto que o procedimento de reavaliação de ativos não encontra amparo legal.

QUESTÃO 70

No que se refere à execução orçamentária, a despesa será efetivada mediante o cumprimento de estágios: o primeiro deles é o empenho. Julgue os itens subsequentes, a respeito das modalidades de empenho.

- I No empenho ordinário, o ordenador conhece o valor exato da despesa e, assim, o empenha para pagamento em única vez, a exemplo da aquisição de móveis.
- II No empenho global, o ordenador realiza o empenho no valor total da despesa, que será paga, no entanto, de forma parcelada, a exemplo de contratos de construção.
- III O empenho por estimativa será realizado quando o ordenador não conhece o montante exato da despesa, a exemplo dos valores destinados à aquisição de passagens.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**QUESTÃO 71**

Julgue os itens a seguir, a respeito das disposições da Lei n.º 6.404/1976, acerca das sociedades por ação, e suas alterações após a promulgação das Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009.

- I Originalmente disposto na Lei n.º 6.404/1976, o subgrupo diferido, componente do ativo, foi inicialmente mantido pela Lei n.º 11.638/2007, mas, posteriormente, foi extinto pela Lei n.º 11.941/2009.
- II O subgrupo reserva de reavaliação, componente do patrimônio líquido, foi extinto e substituído pelo subgrupo ajustes de avaliação patrimonial, após alterações na Lei n.º 6.404/1976.
- III Alterações da Lei n.º 6.404/1976 criaram o grupo ativo não circulante, que inclui o subgrupo intangível, no qual deve ser classificado o fundo de comércio adquirido.
- IV A partir da promulgação da Lei n.º 11.941/2009, passou a ser vedadas a apresentação e a manutenção, nos balanços patrimoniais, de saldos a título de lucros acumulados no patrimônio líquido das sociedades, independentemente de sua forma de constituição.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
B I e III.
C II e IV.
D I, III e IV.
E II, III e IV.

QUESTÃO 72

A Medida Provisória n.º 449/2008, posteriormente convertida na Lei n.º 11.941/2009, criou o Regime Tributário de Transição (RTT), o qual

- A** permanecerá vigente até que seja integralmente alcançado o seu objetivo, que é a convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais.
- B** foi revogado por ter sido alcançado integralmente o seu objetivo, que era a convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais.
- C** é de aplicação obrigatória desde o ano-calendário de 2010 e tem como objetivo a neutralidade tributária em vista das alterações nas normas contábeis trazidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009.
- D** foi de aplicação facultativa apenas no ano-calendário de 2009; após esse ano, passou a vigor com o objetivo de assegurar a neutralidade tributária em vista das alterações nas normas contábeis feitas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009.
- E** passou a ser de aplicação obrigatória a partir do ano-calendário de 2010, visando à neutralidade tributária devido às alterações nas normas contábeis trazidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, mas foi revogado pela Lei n.º 12.973/2014.

QUESTÃO 73

À luz da Lei n.º 6.404/1976, assinale a opção correta.

- A** A elaboração da demonstração financeira do resultado abrangente é obrigatória para as sociedades por ações de capital aberto.
- B** A elaboração da demonstração financeira dos lucros ou prejuízos acumulados é facultativa para as sociedades por ações de capital fechado.
- C** A elaboração da demonstração financeira dos fluxos de caixa é facultativa para as sociedades por ações de capital fechado ou aberto.
- D** A elaboração da demonstração financeira do valor adicionado é obrigatória para as sociedades por ações de capital aberto.
- E** A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas é obrigatória para as sociedades por ações de capital aberto ou fechado.

QUESTÃO 74

Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

dados extraídos da demonstração do resultado do período 20X1

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 5.000
- imposto de renda – R\$ 1.000
- amortização – R\$ 500
- perda na venda de imobilizado – R\$ 500

outras informações

- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 600, do final do período 20X0 até o final do período 20X1.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 700, do final do período 20X0 até o final do período 20X1.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 20X1 foi igual a

- A** R\$ 4.100.
B R\$ 5.100.
C R\$ 5.600.
D R\$ 6.000.
E R\$ 6.100.

QUESTÃO 75

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA), a depreciação

- A** deve ser considerada como um item na distribuição do valor adicionado (segunda parte da DVA).
- B** deve ser tratada como insumo adquirido de terceiros (primeira parte da DVA).
- C** não deve ser considerada no cálculo do valor adicionado a distribuir (primeira parte da DVA), tampouco na distribuição do valor adicionado (segunda parte da DVA).
- D** deve ser abatida do valor adicionado bruto (primeira parte da DVA).
- E** deve ser somada aos lucros retidos/prejuízo do exercício (segunda parte da DVA).

QUESTÃO 76

Considerando-se o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que a demonstração do resultado abrangente (DRA)

- Ⓐ pode ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou ser apresentada em relatório próprio.
- Ⓑ faz parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- Ⓒ pode ser apresentada como continuidade da demonstração do resultado do exercício.
- Ⓓ deve incluir a demonstração do resultado do exercício.
- Ⓔ pode fazer parte da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

QUESTÃO 77

Um título público de longo prazo que renderá juros nos termos do contrato foi adquirido por uma companhia que tem liquidez e cotação no mercado.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, a respeito do título mencionado na situação hipotética.

- Ⓐ Se esse título for mensurado pelo método do custo amortizado, os juros contratuais e a diferença entre os juros contratuais e as variações decorrentes da marcação a mercado do título deverão ser reconhecidos no resultado.
- Ⓑ Se esse título for mensurado pelo método do valor justo por meio do resultado, deverá ser reconhecida no resultado a diferença entre os juros contratuais e as variações decorrentes da marcação a mercado do título, mas não os juros contratuais.
- Ⓒ Se esse título for mensurado pelo método do valor justo por meio do resultado, os juros contratuais deverão ser reconhecidos no resultado, mas não a diferença entre os juros contratuais e as variações decorrentes da marcação a mercado do título.
- Ⓓ Se esse título for mensurado pelo método do custo amortizado, deverão ser reconhecidos no resultado os juros contratuais, mas não a diferença entre os juros contratuais e as variações decorrentes da marcação a mercado do título.
- Ⓔ Se esse título for mensurado pelo método do valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida no resultado a diferença entre os juros contratuais e as variações decorrentes da marcação a mercado do título, mas não os juros contratuais.

QUESTÃO 78

Com relação ao valor justo, assinale a opção correta, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- Ⓐ A utilização de custos de reposição correntes para mensuração do valor justo é compatível com a técnica de avaliação abordagem de receita.
- Ⓑ A utilização de preços de cotação para ativos idênticos ou similares ao ativo objeto de mensuração a valor justo é compatível com a técnica de avaliação abordagem de resultado.
- Ⓒ A utilização de preços de cotação para ativos idênticos ou similares ao ativo objeto de mensuração a valor justo é compatível com a técnica de avaliação abordagem de mercado.
- Ⓓ A utilização de conversão de fluxos de caixa futuros a valor presente, por meio de taxas de desconto, é compatível com a técnica de avaliação abordagem de mercado.
- Ⓔ A utilização de conversão de fluxos de caixa futuros a valor presente, por meio de taxas de desconto, é compatível com a técnica de avaliação abordagem de custo.

Texto 1A2-I

As informações a seguir representam os fatos considerados relevantes em uma operação de venda seguida de uma operação de aquisição de imobilizado efetuadas por uma companhia.

dados relativos à venda

- valor – R\$ 100.000
- forma de recebimento – pagamento único
- prazo: 10 meses
- valor presente do ativo a receber – R\$ 86.000 (no momento da operação)
- valor presente do ativo a receber – R\$ 87.000 (decorrido um mês)

dados relativos à aquisição

- valor – R\$ 80.000
- forma de pagamento – em 10 prestações de R\$ 8.000
- valor presente do fluxo das prestações – R\$ 75.500

QUESTÃO 79

Considerando-se as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que, na companhia referida no texto 1A2-I, a receita total a apropriar e o valor a ser apropriado depois de decorrido um mês da operação são, respectivamente, iguais a

- Ⓐ R\$ 13.000 e R\$ 1.300, devendo este último ser contabilizado a débito de uma conta retificadora do direito a receber.
- Ⓑ R\$ 13.000 e R\$ 1.300, devendo este último ser contabilizado a crédito de uma conta retificadora do direito a receber.
- Ⓒ R\$ 14.000 e R\$ 1.000, devendo este último ser contabilizado a débito de uma conta retificadora do direito a receber.
- Ⓓ R\$ 14.000 e R\$ 1.400, devendo este último ser contabilizado a débito de uma conta retificadora do direito a receber.
- Ⓔ R\$ 14.000 e R\$ 1.000, devendo este último ser contabilizado a crédito de uma conta retificadora do direito a receber.

QUESTÃO 80

Ainda de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que, na companhia referida no texto 1A2-I, o financiamento deve ser registrado pelo valor de

- A** R\$ 80.000, e o valor que deve ser apropriado, decorrido um mês da operação, é igual a R\$ 450, a ser contabilizado a débito da conta representativa do financiamento.
- B** R\$ 75.500, e o valor que deve ser apropriado, decorrido um mês da operação, é igual a R\$ 450, a ser contabilizado a débito da conta representativa do financiamento.
- C** R\$ 80.000, ajustado por encargos financeiros a transcorrer de R\$ 4.500, e o valor que deve ser apropriado, decorrido um mês da operação, é igual a R\$ 450, a ser contabilizado a débito de uma conta retificadora do financiamento.
- D** R\$ 80.000, ajustado por encargos financeiros a transcorrer de R\$ 4.500, e o valor que deve ser apropriado, decorrido um mês da operação, não é calculado de forma linear e deverá ser contabilizado a crédito de uma conta retificadora do financiamento.
- E** R\$ 80.000, ajustado por encargos financeiros a transcorrer de R\$ 4.500, e o valor que deve ser apropriado, decorrido um mês da operação, não é calculado de forma linear e deverá ser contabilizado a débito de uma conta retificadora do financiamento.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

QUESTÃO 81

A administração de uma empresa pública, durante a execução de uma obra contratada conforme as disposições da Lei n.º 13.303/2016, verificou a necessidade de acrescentar serviços e, conseqüentemente, propôs aumentar o valor do contrato em 20% do inicialmente pactuado. A contratada não concordou com o aditivo contratual, alegando que os valores apresentados eram demasiadamente baixos para suportar os acréscimos de serviços necessários.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** a contratada tem o direito de recusar o aditivo contratual, porque inexistente obrigação legal para o aceite.
- B** a contratada é obrigada a aceitar o aditivo contratual, porque os acréscimos de valores propostos estão dentro dos limites legais.
- C** a contratante não pode propor o aditivo contratual, porque este supera o limite de acréscimo de valores permitido por lei.
- D** a contratada é obrigada a aceitar o aditivo contratual, desde que a contratante concorde em rever os valores iniciais pactuados.
- E** a contratante não pode propor o aditivo contratual, porque a lei veda alterações relativas a acréscimos ou supressões de valores.

QUESTÃO 82

Um órgão público realizou processo licitatório em conformidade com as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e contratou uma empresa para a construção de um prédio. Durante a execução da obra, a contratada requereu revisão contratual, visando ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, alegando que o cimento, principal insumo da obra, havia tido um aumento significativo e generalizado no mercado, o que foi comprovado por pesquisa de preços.

Nessa situação hipotética, a contratada terá

- A** obrigação de absorver os prejuízos causados pelo aumento do cimento, independentemente dos fatores que os motivaram.
- B** direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, que dependerá das variações de preço dos outros insumos e serviços relativos ao contrato.
- C** direito a suprimir os serviços para os quais seja necessário cimento, alterando a solução estrutural da edificação.
- D** obrigação de renegociar o seu contrato de fornecimento de cimento ou buscar novos fornecedores.
- E** direito ao uso do seguro contratual para compensar os prejuízos se o acréscimo de valor for igual ou inferior ao limite de aditivo contratual legalmente previsto.

QUESTÃO 83

A administração pública adotou a modalidade licitatória pregão para contratar uma empresa para realizar a troca do piso de uma sala de órgão público.

Nesse caso, a escolha da referida modalidade licitatória foi

- A** errada, pois o pregão é permitido apenas para contratar serviços de engenharia que sejam de natureza estritamente intelectual.
- B** errada, pois o pregão é vedado para qualquer tipo de obra ou serviço de engenharia.
- C** correta, pois a troca de piso de uma sala é considerada um serviço de engenharia comum.
- D** errada, pois a troca de piso de uma sala é uma complexa obra de engenharia.
- E** correta, pois a troca do piso de uma sala é apenas um serviço de fornecimento de material comum.

QUESTÃO 84

Um dos pilares de um viaduto foi danificado por explosivos utilizados em ação criminosa. Em razão do risco iminente de queda dessa edificação, a administração pública atendeu a necessidade de escorar a estrutura. Porém, por não haver equipamentos e pessoal disponível para executar o serviço diretamente, o gestor público responsável pretende contratar uma empresa privada para realizar o serviço.

Nessa situação hipotética, a administração pública deverá

- A** isolar a área do viaduto e instaurar processo licitatório para realizar a contratação do serviço de escoramento.
- B** contratar o serviço de escoramento de maneira direta, por ser hipótese de inexigibilidade de licitação.
- C** comprar equipamentos para realizar o serviço de escoramento de maneira direta, por ser hipótese de dispensa de licitação, e contratar mão de obra temporária para a execução do serviço.
- D** contratar o serviço de escoramento de maneira direta, por ser hipótese de dispensa de licitação.
- E** contratar de maneira direta o serviço de escoramento conjuntamente com o de restauração do pilar, por ser hipótese de inexigibilidade de licitação.

QUESTÃO 85

Um órgão da administração pública federal gerencia uma ata de registro de preços de fornecimento de peças de reposição de equipamentos. Outro órgão, do governo estadual, precisa adquirir as mesmas peças constantes da referida ata.

Nesse caso, o órgão do governo estadual

- A** não poderá aderir à referida ata por ser órgão externo da administração pública estadual.
- B** poderá utilizar a referida ata, independentemente de justificar a vantagem e de ter a anuência do órgão gerenciador.
- C** poderá utilizar a referida ata, independentemente de anuência do órgão gerenciador, desde que justificada a vantagem.
- D** não poderá aderir à referida ata, haja vista vedação legalmente expressa para tal.
- E** poderá utilizar a referida ata, desde que justificada a vantagem e concedida a anuência do órgão gerenciador.

QUESTÃO 86

Durante o processo licitatório de uma obra regida pela legislação que dispõe sobre o regime diferenciado de contratações públicas (RDC), foram adotados o modo de disputa aberto e o critério de julgamento de menor preço.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, referente a procedimento a ser adotado após o julgamento das propostas.

- A** O licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar as suas planilhas de custos ajustadas ao lance vencedor.
- B** A comissão de licitação deverá analisar a conformidade de todas as propostas apresentadas por todos os licitantes.
- C** A comissão de licitação deverá reabrir a fase de lances da licitação ao final do julgamento, sempre que considerar pertinente.
- D** O licitante deverá apresentar novos atestados, além dos solicitados no edital, para confirmar a sua capacidade técnica.
- E** O licitante deverá elaborar planilha que indique o desconto proposto linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento.

QUESTÃO 87

De acordo com a Lei n.º 11.079/2004, para todos os casos em que se pretenda adotar uma parceria público-privada (PPP), é necessário que

- A** o prazo de vigência do contrato a ser firmado não ultrapasse o limite de dez anos.
- B** o valor do contrato a ser firmado seja igual ou superior a dez milhões de reais.
- C** a contraprestação pecuniária exclua a tarifa cobrada dos usuários do serviço público a ser contratado.
- D** as penalidades contratualmente previstas sejam restritas ao parceiro privado.
- E** o objeto do contrato exclua a execução de obras pelo parceiro privado.

QUESTÃO 88

Uma empresa contratada para executar uma obra pública atrasou injustificadamente o serviço, o que incorreu na aplicação das devidas penalidades contratuais. Ainda assim, o atraso não foi compensado: a obra não foi concluída na data prevista e o prazo de vigência do contrato está prestes a terminar. Mesmo nesse cenário, ainda há interesse público na conclusão da obra, que é considerada urgente e prioritária.

Nessa situação hipotética, de acordo com a legislação pertinente, a decisão mais adequada a ser tomada pela administração pública, com a devida motivação, é

- A** manter o contrato, ampliar o prazo de execução da obra e descartar a possibilidade de aplicação de penalidades futuras.
- B** rescindir o contrato, aplicar penalidades contratuais e contratar, por inexigibilidade, outra empresa para executar o serviço remanescente.
- C** manter o contrato sem modificar o cronograma de execução da obra, mas ampliar o prazo de vigência contratual, por ser uma obra urgente e prioritária.
- D** manter o contrato sem modificar o cronograma de execução da obra nem o prazo de vigência contratual.
- E** anular o contrato vigente, repactuando as condições de execução da obra, e recontratar a mesma empresa.

QUESTÃO 89

De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, nos contratos de concessão, é permitida a previsão de mecanismos privados não previstos nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, tal como

- A** multa por atraso.
- B** rescisão unilateral.
- C** regime de empreitada integral.
- D** arbitragem.
- E** alteração unilateral.

QUESTÃO 90

Durante a execução de uma obra pública contratada pelo regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com a Lei n.º 8.666/1993, e cujo objeto era a construção de uma edificação, foi realizado um primeiro aditivo contratual de 10% de acréscimo sobre o valor do contrato inicial e de 15% de supressão de serviços. A administração pública decidiu, posteriormente, realizar um segundo aditivo, dessa vez acrescentando mais 10% de serviços ao contrato.

A respeito dos limites de acréscimos e de supressões estabelecidos pela legislação pertinente, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, o segundo aditivo é

- A** viável, desde que o novo acréscimo não seja fruto de alteração de especificações e de projeto.
- B** inviável, pois o primeiro aditivo consumiu totalmente o limite de 10% de acréscimos previsto na legislação.
- C** viável, desde que o novo acréscimo não seja fruto de erro de projeto.
- D** inviável, pois o primeiro aditivo consumiu totalmente o limite de 25% de acréscimos e supressões previsto na legislação.
- E** viável, pois o segundo acréscimo observou o limite legal, ainda sendo admissível um novo acréscimo adicional de 5%.

TÉCNICAS DE CONTROLE

QUESTÃO 91

A respeito de eventos econômicos ou de condições ou circunstâncias econômicas ocorridos em determinada data, o auditor independente utiliza, no exercício de sua atividade profissional, dados expressos em termos financeiros em relação a uma entidade específica. A definição desses dados refere-se ao conceito de

- A risco de auditoria.
- B informação contábil.
- C distorção.
- D premissa.
- E asseguarção razoável.

QUESTÃO 92

A documentação de auditoria é irrelevante para

- A permitir a condução de inspeções externas.
- B manter um registro de assuntos de importância recorrente.
- C assistir a equipe de trabalho no planejamento.
- D atribuir responsabilidade pelo trabalho executado.
- E definir a data da divulgação do parecer de auditoria.

QUESTÃO 93

Ao dividir um conjunto de registros contábeis em diferentes grupos de unidades com características semelhantes, o auditor independente estará utilizando o procedimento de

- A população.
- B anomalia.
- C estratificação.
- D unidade de amostragem.
- E distorção tolerável.

QUESTÃO 94

Para definir o nível de detalhes das deficiências significativas do sistema de controle interno as quais devem ser comunicadas aos responsáveis pela governança de determinada entidade, o auditor deve desconsiderar

- A o porte da entidade.
- B a culpabilidade do sistema de controle interno.
- C a natureza das deficiências identificadas.
- D a composição da governança.
- E os requisitos regulatórios relativos à comunicação.

QUESTÃO 95

Na relação entre objetivos e componentes de controle de determinada entidade,

- A a estrutura de governança deve ser independente de seus executivos.
- B os níveis de subordinação devem obedecer aos padrões de mercado.
- C a identificação do potencial de fraude é responsabilidade da auditoria.
- D o objetivo do controle interno é eliminar os riscos à realização dos objetivos.
- E os assuntos que afetam o controle interno são vedados ao público externo.

QUESTÃO 96

Assinale a opção correta, relativa ao ambiente de controle de uma organização.

- A O ambiente de controle deve ser delimitado em uma subdivisão da organização.
- B O sistema de controle deve estabelecer suas próprias normas de funcionamento.
- C Os valores éticos da organização são fatores exteriores ao controle interno.
- D Os parâmetros de supervisão da governança são definidos no ambiente de controle.
- E Os níveis operacionais devem desconhecer as expectativas do ambiente de controle.

QUESTÃO 97

As entidades enfrentam vários riscos de origem interna e externa. Define-se risco como

- A a possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a realização dos objetivos.
- B a base para determinar a maneira como os objetivos serão alcançados.
- C as metas de desempenho financeiro e a salvaguarda de perdas de ativos.
- D um processo conduzido pela administração para garantir a realização dos objetivos.
- E os requisitos de transparência estabelecidos pelas autoridades normativas.

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta, acerca de atividades de controle.

- A As políticas da entidade têm influência indireta sobre as atividades de controle.
- B As atividades de controle se restringem ao sistema de controle interno.
- C É vedada a segregação de funções das atividades de controle.
- D As atividades de controle se destinam ao nível de governança.
- E A detecção de fraudes e risco resume as atividades de controle.

QUESTÃO 99

No que se refere a informação e comunicação no sistema de controle interno, assinale a opção correta.

- A A informação é irrelevante para o cumprimento das responsabilidades de controle.
- B A administração não deve gerar informações do ambiente de controle.
- C A comunicação se esgota quando a informação é compartilhada.
- D A comunicação externa se dá exclusivamente pelo recebimento de informações pertinentes.
- E As informações são transmitidas para a organização pela comunicação interna.

QUESTÃO 100

O nível de governança de determinada entidade deixou de programar um sistema apropriado de monitoramento do sistema de controle. Apesar disso, essa entidade será capaz de

- A produzir informação confiável para a tomada de decisões.
- B preparar demonstrativos financeiros seguros.
- C escolher os integrantes do sistema de controle.
- D prover certificados sobre a efetividade operacional interna.
- E identificar e corrigir problemas de controle interno.